



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

Aos 08 dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 71 e 72 relativas, respetivamente, às reuniões dos dias 25 de janeiro e 1 de fevereiro de 2017;
2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:
 - Projeto de Lei n.º 385/XIII (2.ª) (CDS-PP): 1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2016, de 8 de março, prorroga os efeitos para 2017 da medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora e altera a fonte de financiamento
Deputado autor do parecer: GP do PSD;
 - Projeto de Lei n.º 386/XIII (2.ª) (CDS-PP): Consagra que o Compromisso de Cooperação para 2017 a celebrar entre o Governo, a União das Misericórdias Portuguesas, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a União das Mutualidades Portuguesas não pode ter um aumento inferior a 2%, acrescido do valor da subida da taxa de inflação e da subida da Taxa Contributiva para o Setor Social, na comparticipação financeira devida por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais
Deputado autor do parecer: GP do PCP
 - Proposta de Lei n.º 54/XIII (2.ª) (GOV): Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui constrangimentos à livre circulação de pessoas, e transpõe a Diretiva n.º 2013/55/EU
Deputado autor do parecer: GP do PSD
 - Proposta de Lei n.º 55/XIII (2.ª) (GOV): Transpõe a Diretiva n.º 2014/67/UE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

Deputado autor do parecer: GP do PS;

- Proposta de Lei n.º 57/XIII (2.ª) (GOV): Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013

Deputado autor do parecer: GP do PSD

3. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017 - Realizar uma Europa que protege, capacita e defende [COM(2016)710] (a remeter à CAE)
Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)

4. Designação dos Senhores Deputados para o Grupo de Trabalho do Regime Jurídico do Trabalho Desportivo e da Formação Desportiva, pelos GPs do PSD, PS, CDS-PP, PCP (o GP BE indicou o Senhor Deputado Luís Monteiro - ata n.º 64, de 7 de dezembro de 2016)
Coordenação: GP do PS

5. Deliberação sobre a constituição do Grupo de Trabalho relativo aos Projetos de Lei n.ºs 75/XIII/1.ª (BE) - Exclui a existência de Membros investidores e assegurando a democraticidade do funcionamento das cooperativas procedendo à primeira alteração do Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, assegurando o cumprimento do artigo.º, n.º 4, alínea a) da Constituição da República Portuguesa e 356/XIII/2.ª (PCP) - Procede à primeira alteração ao Código Cooperativo assegurando o efetivo respeito pelos Princípios Cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional (PCP) e à Proposta de Lei 44/XIII/2.ª (GOV) - Altera o Código Cooperativo [O Deputado Paulino Ascensão (BE) apresentou um requerimento com propostas de audições]
Coordenação: GP do PSD

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

6. Deliberação sobre a constituição do Grupo de Trabalho relativo à Proposta de Lei n.º 43/XIII (2.ª) (GOV) - Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas e aos Projetos de Lei n.ºs 74/XIII (1.ª) (PCP) - Revoga o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas e 93/XIII (1.ª) (BE) - Revoga o regime de requalificação

Coordenação: GP do PS

7. Apreciação do pedido de pronúncia da 10.ª Comissão sobre o ofício remetido ao PAR pela Bastonária da Ordem dos Enfermeiros no sentido de ser solicitada a fiscalização da constitucionalidade do artigo 3.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2015, de 23 de janeiro, da Região Autónoma dos Açores

8. Ponto de situação dos pedidos de audiência pendentes

9. Deliberação sobre a audição do Presidente do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, na sequência da audiência concedida à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho

10. Outros assuntos.

-
1. Apreciação e votação das atas n.ºs 71 e 72 relativas, respetivamente, às reuniões dos dias 25 de janeiro e 1 de fevereiro de 2017;

Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP do BE.

2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Lei n.º 385/XIII (2.ª) (CDS-PP): 1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2016, de 8 de março, prorroga os efeitos para 2017 da medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

contributiva a cargo da entidade empregadora e altera a fonte de financiamento

Deputado autor do parecer: GP do PSD;

- Projeto de Lei n.º 386/XIII (2.ª) (CDS-PP): Consagra que o Compromisso de Cooperação para 2017 a celebrar entre o Governo, a União das Misericórdias Portuguesas, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a União das Mutualidades Portuguesas não pode ter um aumento inferior a 2%, acrescido do valor da subida da taxa de inflação e da subida da Taxa Contributiva para o Setor Social, na comparticipação financeira devida por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais

Deputado autor do parecer: GP do PCP

O Senhor Presidente destacou estes dois projetos de lei para referir que a respetiva discussão na generalidade, em Plenário, tinha sido agendada para o dia seguinte, 9 de fevereiro e que não foram elaboradas as respetivas Notas Técnicas, porque não houve tempo, já que as iniciativas deram entrada a 26 de janeiro e baixaram à 10.ª Comissão a 31 de janeiro.

Interveio a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) para informar que, caso a Comissão decida pela necessidade de ser feito parecer, pela sua parte, fará um esforço nesse sentido, embora entenda que cabe ao proponente dizer se dispensa ou não a sua elaboração.

O Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) considerou que, sendo assim, havia condições para agendar uma curta reunião para o dia seguinte para os pareceres daquelas iniciativas legislativas serem apreciados.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) opinou que tal conduta constituiria um precedente, que deve ser evitado, por não terem sido elaboradas as notas técnicas. Em todo o caso, disse estar disponível para fazer o parecer.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) retorquiu que, ainda na semana passada, tinha feito um parecer sobre uma proposta de lei, apesar de a respetiva nota técnica não ter sido elaborada.

O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) usou então da palavra para dizer que os pareceres, muitas vezes, não passam de uma peça burocrática inútil. O que se verifica ao longo da história desta Casa é que os pareceres se degradaram, na sua estrutura e nos seus dizeres porque há 20 anos atrás, os pareceres implicavam grande investigação. Agora, os Deputados estão confrontados com uma dinâmica (iniciativas legislativas, petições audições, audiências...) diferente e muito acelerada. O parecer não tira nem acrescenta nada... Há também um precedente que tem a ver com o facto de não terem sido elaboradas as respetivas Notas Técnicas, que, muitas vezes, são a peça mais importante, já que o debate político é feito no Plenário.

O Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) disse que talvez não tivesse sido suficientemente claro nas intervenções anteriores: se os Deputados autores dos pareceres tiverem disponibilidade para os elaborarem, o CDS-PP agradece; se não, se for a contragosto, o CDS-PP prescinde, até porque os pareceres não são obrigatórios.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) esclareceu que o GP do PSD não faz nada a contragosto e que quando não quer não faz.

O Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) prescindiu então dos pareceres.

- Proposta de Lei n.º 54/XIII (2.ª) (GOV): Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui constrangimentos à livre circulação de pessoas, e transpõe a Diretiva n.º 2013/55/UE
Deputado autor do parecer: GP do PSD

Foi distribuída à Senhora Deputada Susana Lamas.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

- Proposta de Lei n.º 55/XIII (2.ª) (GOV): Transpõe a Diretiva n.º 2014/67/UE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços
Deputado autor do parecer: GP do PS;

Foi distribuído ao Senhor Deputado Ricardo Bexiga.

- Proposta de Lei n.º 57/XIII (2.ª) (GOV): Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013
Deputado autor do parecer: GP do PSD

O Deputado autor do parecer será indicado posteriormente.

3. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017 - Realizar uma Europa que protege, capacita e defende [COM(2016)710] (a remeter à CAE)
Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)

Tendo a Senhora Deputada Relatora apresentado de forma sucinta o relatório, foi o mesmo submetido à votação, o qual foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do BE e do PCP. Quer a Senhora Deputada Rita Rato quer a Senhora Deputada Isabel Pires disseram ter sérias reservas a respeito do conteúdo político do Programa de Trabalho da Comissão Europeia.

4. Designação dos Senhores Deputados para o Grupo de Trabalho do Regime Jurídico do Trabalho Desportivo e da Formação Desportiva, pelos GPs do PSD, PS, CDS-PP, PCP (o GP BE indicou o Senhor Deputado Luís Monteiro - ata n.º 64, de 7 de dezembro de 2016)
Coordenação: GP do PS



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

Foram indicados os seguintes Senhores Deputados: pelo GP do PSD - Maria das Mercês Borges, Álvaro Batista e Pedro Pimpão; pelo GP do PS – António Cardoso; pelo GP do CDS-PP – João Almeida e pelo GP do PCP – Diana Ferreira. O GP do PS ficou de designar para coordenador um Deputado da 10.ª Comissão.

5. Deliberação sobre a constituição do Grupo de Trabalho relativo aos Projetos de Lei n.ºs 75/XIII/1.ª (BE) - Exclui a existência de Membros investidores e assegurando a democraticidade do funcionamento das cooperativas procedendo à primeira alteração do Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, assegurando o cumprimento do artigo.º, n.º 4, alínea a) da Constituição da República Portuguesa e 356/XIII/2.ª (PCP) - Procede à primeira alteração ao Código Cooperativo assegurando o efetivo respeito pelos Princípios Cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional (PCP) e à Proposta de Lei 44/XIII/2.ª (GOV) - Altera o Código Cooperativo [O Deputado Paulino Ascensão (BE) apresentou um requerimento com propostas de audições]

Coordenação: GP do PSD

Foram indicados os seguintes Senhores Deputados: pelo GP do PSD - Maria das Mercês Borges, que o coordenará e Nuno Serra; pelo GP do PS – Ricardo Bexiga; pelo GP do BE – Paulino Ascensão; pelo GP do CDS-PP – João Almeida e pelo GP do PCP – Bruno Dias.

6. Deliberação sobre a constituição do Grupo de Trabalho relativo à Proposta de Lei n.º 43/XIII (2.ª) (GOV) - Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas e aos Projetos de Lei n.ºs 74/XIII (1.ª) (PCP) - Revoga o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas e 93/XIII (1.ª) (BE) - Revoga o regime de requalificação

Coordenação: GP do PS



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

Foram indicados os seguintes Senhores Deputados: pelo GP do PSD – Carla Barros; pelo GP do PS – Wanda Guimarães, que o coordenará; pelo GP do BE – Joana Mortágua; pelo GP do CDS-PP – António Carlos Monteiro e pelo GP do PCP – Rita Rato.

7. Apreciação do pedido de pronúncia da 10.ª Comissão sobre o ofício remetido ao PAR pela Bastonária da Ordem dos Enfermeiros no sentido de ser solicitada a fiscalização da constitucionalidade do artigo 3.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2015, de 23 de janeiro, da Região Autónoma dos Açores

A Comissão deliberou dar conhecimento aos Grupos Parlamentares bem como à Comissão de Saúde do conteúdo do ofício remetido ao PAR.

8. Ponto de situação dos pedidos de audiência pendentes

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) informou que o Grupo de Trabalho das Audiências tem feito um esforço no sentido de dar seguimento aos pedidos de audiência e adiantou que para a próxima terça-feira serão agendadas mais três audiências.

9. Deliberação sobre a audição do Presidente do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, na sequência da audiência concedida à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho

A Comissão deliberou promover a audição em causa.

10. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou que o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social se disponibilizou para vir à Comissão no próximo dia 21 de fevereiro, da parte da tarde para debater o conteúdo do relatório da OCDE e que solicitou o adiamento da audição regimental de 8 para 14 de março.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, podendo o respetivo registo ser consultado no seguinte [link](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 fevereiro 2017.

O PRESIDENTE

FELICIANO BARREIRAS DUARTE



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 73/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Francisco Rocha
Helga Correia
Maria da Luz Rosinha
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Bexiga
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque
Susana Lamas